

Prova Escrita Objetiva e de Redação – Nível Superior

ANALISTA TÉCNICO - PSICOLOGIA

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada à resposta da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a resposta da redação para a folha de texto definitivo
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na Lista de Presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – CHINA

Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui.

Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo. Trata-se de uma civilização milenar, com mentalidade correspondente. Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem.

Nada de curto praxismo, do imediatismo típico do Ocidente, que têm sido tão destrutivos e desagregadores.

Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo. Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo. Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta: “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?” Chou En-Lai respondeu: “É cedo para dizer”.

Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido. Com os percalços da interpretação, Chou En-Lai entendeu, na verdade, que a pergunta se referia à revolta estudantil francesa de 1968! Pronto. Criou-se a lenda.

Pena que tenha sido um mal-entendido. Seja como for, é indubitável que para os chineses o tempo tem outra dimensão. Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos. (*O Globo*, 15/9/2017)

1

O texto 1 pode ser incluído no gênero textual do depoimento pessoal; tomando por base o primeiro parágrafo desse texto, NÃO se inclui entre suas características:

- (A) a presença marcante da 1ª pessoa do singular;
- (B) a busca da interação com os leitores do jornal;
- (C) a importância dada à opinião pessoal do enunciador;
- (D) a preferência por temas de sensibilidade;
- (E) a preocupação com a certeza dos dados veiculados.

2

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”(texto 1).

O emprego da forma verbal “tem feito” é perfeitamente adequada ao contexto, já que esse tempo verbal expressa ações:

- (A) completamente passadas;
- (B) que se repetiram no passado;
- (C) que se iniciaram no presente;
- (D) iniciadas no passado que continuam no presente;
- (E) iniciadas no presente e de duração indeterminada.

3

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

O segundo período desse primeiro parágrafo do texto 1, em relação ao anterior, funciona como:

- (A) acréscimo a uma informação já dada;
- (B) explicação de uma afirmativa anterior;
- (C) exemplificação de um fato digno de admiração;
- (D) justificativa para o tempo de residência na China;
- (E) inclusão de uma opinião diversa.

4

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

A função textual da inclusão de Cristovam Buarque no texto 1 é a de:

- (A) dar importância ao tema escolhido para a crônica;
- (B) dar autoridade e credibilidade às observações do autor;
- (C) demonstrar o valor de sua coluna no jornal;
- (D) criticar indiretamente os gastos do Poder Legislativo;
- (E) indicar que o tema já foi tratado pelo jornal.

5

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

Nesse primeiro parágrafo do texto 1 há termos cujo significado é esclarecido pelo contexto anterior; o termo que é esclarecido pela situação e NÃO pelo contexto é:

- (A) chineses;
- (B) país;
- (C) neste jornal;
- (D) que;
- (E) aqui.

6

O segundo parágrafo do texto 1 começa por “Coesão e rumo”, seguido de ponto. Tal pontuação tem como função:

- (A) valorizar o diagnóstico de Cristovam Buarque;
- (B) destacar diferenças entre China e Brasil;
- (C) mostrar as duas vertentes que serão analisadas a seguir;
- (D) demonstrar os pontos de reflexão explorados no texto;
- (E) indicar valores da sociedade chinesa milenar.

7

Na primeira linha do texto 1, o termo “leitor” aparece entre vírgulas pela mesma razão que elas são empregadas em:

- (A) “Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo”;
- (B) “Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta...”;
- (C) “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?”;
- (D) “Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido”;
- (E) “É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque...”.

8

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país”. Sobre esse segmento do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) as duas palavras iniciais representam a mesma coisa, daí que o texto expresse no singular “o que falta”;
- (B) o advérbio “exatamente” tem valor irônico, já que se trata de uma ausência negativa;
- (C) o possessivo “nosso” se justifica por abarcar o cronista e a imensa maioria de seus leitores;
- (D) o termo “querido país” se refere ao Brasil, de forma explícita, e à China, de forma implícita;
- (E) o segundo período desse segmento funciona como explicação vocabular dos termos anteriores.

9

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo”.

O autor do texto 1 separou a “noção diferente do tempo” em relação aos termos anteriores “coesão e rumo” porque:

- (A) se refere ao item central a ser desenvolvido a seguir;
- (B) os termos anteriores pertencem a outro autor – Cristovam Buarque;
- (C) introduz um tema de valor filosófico, ao contrário dos demais;
- (D) destaca uma distinção de menor importância política;
- (E) sublinha um traço de distinção Oriente / Ocidente.

10

“Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem”.

A inserção da citação de Kafka no texto 1 funciona como elemento:

- (A) esclarecedor do significado do termo “paciência”;
- (B) indicador da origem da observação do cronista sobre o valor da paciência;
- (C) contraditório em relação ao anteriormente expresso;
- (D) valorizador literário da crônica;
- (E) irônico, por referir-se à paciência como uma “segunda coragem”.

11

A palavra abaixo, retirada do texto 1, que apresenta um processo de formação distinto dos demais é:

- (A) chineses;
- (B) recentemente;
- (C) milenar;
- (D) desagregadores;
- (E) imediatismo.

12

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”.

Sob o ponto de vista da estruturação sintática, esse período do texto 1:

- (A) é composto exclusivamente por orações coordenadas;
- (B) é constituído por duas orações;
- (C) contém somente orações subordinadas;
- (D) apresenta coordenação e subordinação;
- (E) é formado por orações sintaticamente independentes.

13

“Nada do curto praxismo, do imediatismo...”; o termo “curto praxismo” (texto 1), é exemplo de:

- (A) neologismo;
- (B) arcaísmo;
- (C) cultismo;
- (D) coloquialismo;
- (E) regionalismo.

14

“Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo”. O mesmo valor semântico do termo “até” se encontra na seguinte frase:

- (A) O cronista viajou até a China;
- (B) O copo ficou cheio até a borda;
- (C) Até os brasileiros gostam da China;
- (D) Li o livro até a página 234;
- (E) Até este mês tudo correu bem.

15

Há vários momentos do texto 1 em que se juntam termos de valor substantivo e valor adjetivo; o par abaixo em que NÃO ocorre mudança de significado em caso de troca de posição é:

- (A) certa ocasião;
- (B) jornalista estrangeiro;
- (C) revolta estudantil;
- (D) simples mal-entendido;
- (E) observação famosa.

16

“Pena que tenha sido um mal-entendido”; a observação do cronista no texto 1 se justifica porque:

- (A) a história narrada seria de mais valor, por ser verdadeira;
- (B) o resultado do mal-entendido tem mais valor filosófico;
- (C) o mal-entendido tira valor da narrativa;
- (D) a figura de Chou En-Lai fica manchada pela ignorância;
- (E) a narrativa deixaria de ser lenda.

17

“Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos”. Em busca de expressividade, o autor do texto 1 apela, neste caso, para um(a):

- (A) hipérbole;
- (B) metonímia;
- (C) personificação;
- (D) eufemismo;
- (E) pleonasma.

18

O substantivo “mal-entendido” forma o plural da mesma forma que:

- (A) couve-flor;
- (B) quarta-feira;
- (C) guarda-civil;
- (D) alto-falante;
- (E) pão-de-ló.

19

Observe a charge a seguir.



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

Nessa charge a resposta da menina:

- (A) demonstra não haver entendido a fala do outro personagem;
- (B) critica a baixa qualidade do estudo de língua portuguesa;
- (C) indica pouco conhecimento de figuras de linguagem;
- (D) ironiza a situação do Poder Legislativo no Brasil;
- (E) mostra a distância cultural entre os personagens.

20

Na fala do personagem-pai na charge há um erro de acentuação no vocábulo “quê”; a frase em que ocorre o mesmo erro ortográfico é:

- (A) Há um quê de estranho em tudo isso.
- (B) Os políticos roubam, por quê?
- (C) O quê? Não estou escutando bem...
- (D) O quê da palavra “quero” está mal grafado.
- (E) Por quê você não veio, por quê?

Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia

21

A Constituição da República de 1988 é um marco na democracia do Brasil e na história do Ministério Público, que ganhou autonomia para trabalhar, independência financeira e institucional, além de abertura do campo de atuação.

De acordo com o texto constitucional, é função institucional do Ministério Público:

- (A) exercer o controle interno da atividade policial, dentro da estrutura do Poder Executivo;
- (B) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, no âmbito do respectivo ente federativo;
- (C) promover, subsidiariamente, a ação penal pública, na forma da lei, podendo requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial;
- (D) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e individuais disponíveis;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

22

Com o escopo de preservar a necessária independência funcional e destemor na sua atuação profissional, os membros do Ministério Público gozam de garantias constitucionais, como a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Procurador-Geral, assegurada ampla defesa;
- (B) estabilidade, após três anos de efetivo exercício em virtude de aprovação em concurso público, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- (C) participação de bônus, que consiste no recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais pagos pela parte sucumbente;
- (D) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
- (E) irredutibilidade de vencimentos, segundo a qual sua remuneração somente pode ser alterada por lei complementar, de iniciativa privativa do chefe do Executivo.

23

O Conselho Nacional do Ministério Público foi criado em 30 de dezembro de 2004, pela Emenda Constitucional nº 45, e tem como objetivo imprimir uma visão nacional ao MP, orientando e fiscalizando todos os ramos do MP brasileiro.

De acordo com a Constituição da República de 1988, o CNMP:

- (A) compõe-se por dez membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha por dois terços do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;
- (B) tem competência para receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público;
- (C) aprecia a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- (D) exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
- (E) é órgão de consulta da Presidência da República nos assuntos relacionados com o MP e a defesa do Estado democrático, competindo-lhe sugerir alterações nas leis orgânicas do Ministério Público da União e dos Estados.

24

O inquérito civil tem por objeto apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil.

Nesse contexto, de acordo com a Resolução nº 23/2007 do CNMP:

- (A) o arquivamento é promovido pelo mesmo Promotor que presidiu as investigações, e os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser arquivados imediatamente no âmbito interno da Promotoria, salvo se houver recurso por parte de qualquer interessado;
- (B) os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados;
- (C) as pessoas co-legitimadas para atuar nos direitos tutelados no inquérito civil podem apresentar recurso com as respectivas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito, no prazo de quinze dias da publicação da promoção de arquivamento;
- (D) a promoção de arquivamento só passa a ter eficácia após sua publicação na imprensa oficial, data em que começa a contar o prazo de dez dias para o legitimado interpor recurso ao órgão colegiado da Administração Superior do MP;
- (E) o arquivamento deve ser promovido pelo membro do MP que preside o inquérito civil, quando esgotadas as diligências pertinentes e verificar-se ausência de ato ilícito ou de justa causa, ou quando concluir ser atribuição de outro ramo do Ministério Público.

25

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do Ministério Público, incumbindo-lhe velar pela observância de seus princípios institucionais. Assim, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96), compete ao Conselho Superior do Ministério Público:

- (A) determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou a remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada a ampla defesa;
- (B) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação, modificação e extinção de cargos e serviços auxiliares;
- (C) rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão do Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, acerca de arquivamento de inquérito policial;
- (D) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade dos servidores do Ministério Público;
- (E) dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito e decidir processo administrativo disciplinar, contra membro da instituição.

26

Promotoria de Justiça do interior do Estado com atribuição para investigação penal promoveu o arquivamento de um inquérito policial.

Caso não concorde com o entendimento ministerial, o Juízo Criminal competente deixará de homologar o arquivamento e, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia, deverá remeter os autos ao:

- (A) Procurador de Justiça com atribuição criminal, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (B) Conselho Superior do Ministério Público, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (C) Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (D) Procurador-Geral de Justiça, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (E) Corregedor-Geral do Ministério Público, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento.

27

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados.

De acordo com o citado diploma normativo, os Centros de Apoio Operacional são órgãos:

- (A) de execução, competindo-lhes apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior;
- (B) de execução, incumbindo-lhes orientar e fiscalizar as atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, podendo, para tal, realizar correções e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça;
- (C) auxiliares destinados a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços;
- (D) auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- (E) auxiliares de natureza transitória, incumbindo-lhes realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público e o acompanhamento dos Promotores Substitutos durante o estágio probatório.

28

A Lei Estadual nº 12.209/2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, estabelece que os atos de comunicação podem ser da espécie intimação ou notificação.

Tal lei disciplina que esses atos de comunicação são realizados por edital em algumas hipóteses, como quando:

- (A) houver fundada suspeita de ocultação para frustrar o recebimento do ato de comunicação;
- (B) tratem de processo envolvendo interesse de incapaz, diante da indisponibilidade do direito tratado;
- (C) residir o destinatário da comunicação em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;
- (D) forem dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração;
- (E) for o destinatário agente público, encontrar-se na repartição e inexistir possibilidade de comunicação por meio eletrônico.

29

Maria, servidora pública civil do Estado da Bahia, no mês passado, permaneceu trabalhando na repartição pública na qual está lotada, pelo período de duas horas a mais por dia, após seu horário regular de expediente (das 18 às 20h), desempenhando tarefas para atender a situação excepcional e temporária, em razão de correição da Corregedoria realizada no início do mês em curso.

No caso em tela, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/1994, Maria:

- (A) não terá direito a qualquer gratificação, diante da ausência de previsão legal;
- (B) não terá direito a qualquer gratificação, eis que não chegou a trabalhar após as 22h;
- (C) terá direito ao adicional noturno, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (D) terá direito ao adicional por serviço extraordinário, que será remunerado, em regra, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (E) terá direito ao adicional por tempo de serviço extra, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho.

30

Joana, ocupante estável do cargo efetivo de Analista Técnico do Ministério Público da Bahia, acaba de adotar um bebê de cinco meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, Joana tem direito à licença:

- (A) maternidade, porque o princípio da isonomia impede a distinção entre filho biológico e adotivo, pelo período de noventa dias a contar da data em que a criança chegar ao novo lar;
- (B) maternidade, porque o intérprete da lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (C) maternidade, porque, pelo princípio da igualdade, a lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de até cento e oitenta dias, a contar da data do nascimento da criança;
- (D) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (E) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de cento e oitenta dias a contar da data em que este chegar ao novo lar.

Conhecimentos Específicos**31**

Maria é uma adolescente de doze anos, filha de pais separados, que repudia o genitor desde quando ele se uniu a uma nova companheira. Depois de inúmeras tentativas de realizar as visitas, o pai ajuíza ação contra a mãe, acusando-a de alienação parental com base na Lei nº 12.318, de 26/08/2010.

Nos termos da lei:

- (A) por se tratar de uma adolescente e não de uma criança, não se configura propriamente a alienação parental;
- (B) a prática do ato de alienação corresponde a uma situação de negligência e fere o direito ao bem-estar dos filhos;
- (C) o processo deverá seguir o trâmite normal, devendo haver estudo psicológico prévio ao estabelecimento de visita;
- (D) o perito deverá verificar a ocorrência da alienação parental no prazo máximo de 30 dias para apresentação do laudo;
- (E) o laudo terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, compreendendo, inclusive, exame de documentos dos autos.

32

João e Simone, que possuem dois filhos, separaram-se depois de muitos conflitos. O pai saiu de casa e os filhos permaneceram residindo em companhia da mãe. Os filhos passaram a pernoitar com João em finais de semana quinzenais, de sexta a domingo, e mais um dia da semana. Ele ajuizou uma ação de pensão alimentícia e de guarda compartilhada. Por sua vez, Simone contestou o pedido de guarda, solicitando que fosse exclusiva em seu favor.

Com base na lei da guarda compartilhada, Lei nº 13.058 de 22/12/2014, é correto afirmar que:

- (A) será dividido igualmente o tempo de convivência dos filhos entre João e Simone, caso seja definida a guarda compartilhada;
- (B) a guarda unilateral desobriga o genitor que não a detenha de supervisionar os filhos; caso deseje fazê-lo, necessitará de requerimento judicial;
- (C) o juiz aplicará a guarda compartilhada somente quando houver acordo entre João e Simone;
- (D) para estabelecer as atribuições do pai e da mãe, o juiz poderá basear-se em orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar;
- (E) se o juiz verificar que os filhos não devem permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, determinará o imediato acolhimento institucional deles.

33

É conhecida a polêmica ocorrida há alguns anos que envolveu o posicionamento ético do Conselho Federal de Psicologia e psicólogos que pretendiam curar pacientes da orientação homossexual, caso se queixassem da mesma. No centro da discussão, encontrava-se a Resolução CFP nº 001/1999.

Considerando essa resolução, analise as afirmativas a seguir.

I. O psicólogo é um profissional da saúde, sendo frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.

II. A homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão, fazendo parte da identidade do sujeito a forma como cada um vive sua sexualidade.

III. Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar preconceitos sociais em relação a homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

De acordo com a resolução citada, está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

34

A Resolução CFP nº 017/2012 dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos.

Com base nela, analise as afirmativas a seguir.

I. O trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos, constelações familiares e outros instrumentos, métodos e técnicas.

II. O periciado deve ser informado acerca dos motivos, das técnicas utilizadas, datas e local da avaliação psicológica, sendo que, em se tratando de criança, adolescente ou interdito, é necessário o consentimento formal por pelo menos um dos responsáveis legais.

III. A devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para os resultados dos instrumentos e técnicas utilizados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

35

Laudos e pareceres psicológicos são frequentemente demandados por operadores de direito na medida em que supostamente colocam em evidência o indivíduo sobre o qual incidirá a medida judicial. Nesse aspecto, a genealogia dos poderes de Foucault é esclarecedora por demonstrar que a justiça se aparelhou de peritos desde o advento da sociedade disciplinar e, com efeito, de uma lógica punitiva que é calculada de acordo com o infrator em sua virtualidade.

Para gerar a individualidade disciplinada, segundo o autor em Vigiar e Punir, a disciplina se serve dos seguintes instrumentos:

- (A) a confissão cristã, o panoptismo e o controle do corpo;
- (B) a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame;
- (C) a repressão do sexo, o direito e a distribuição racional dos corpos;
- (D) a racionalização do tempo, o biopoder e a luta de classes;
- (E) a pastoral cristã, o poder soberano e o Estado de direito.

36

O psicanalista francês Jacques Lacan realizou desde os anos 50 uma verdadeira ruptura com as discussões sobre a carência do pai no lar doméstico.

Ele demonstra que a função paterna está ligada menos à pessoa do que à palavra daquele que, eleito pela mãe, representa a autoridade da lei simbólica, cuja inscrição permitirá o acesso da criança:

- (A) ao narcisismo;
- (B) à significação fálica;
- (C) ao complexo de Édipo;
- (D) ao imaginário;
- (E) à forclusão simbólica.

37

No Brasil, em 2003, teve início um projeto intitulado Depoimento Sem Dano (DSD), que ganhou adesão do Conselho Nacional de Justiça, disseminado em seguida como inquirição especial. Afirma-se que tal procedimento cumpre um dos artigos mais celebrados da Convenção dos Direitos da Criança, o art. 12, conforme o qual: 1. Os Estados Partes assegurarão à criança que for capaz de formar seus próprios pontos de vista, o direito de exprimir suas opiniões livremente sobre todas as matérias atinentes à criança, levando-se devidamente em conta essas opiniões em função da idade e maturidade da criança. 2. Para esse fim, à criança será, em particular, dada a oportunidade de ser ouvida em qualquer procedimento judicial ou administrativo que lhe diga respeito, diretamente ou através de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais do direito nacional.

Nesse contexto da inquirição, Esther Arantes (2016) observa a tensão entre dois polos, presente na legislação internacional e nacional, que impacta o debate envolvendo crianças e adolescentes no Brasil.

São esses polos:

- (A) maioridade e menoridade;
- (B) religiosidade e laicidade;
- (C) proteção e autonomia;
- (D) família e estado;
- (E) direito e justiça.

38

Ao longo de sua obra, Freud observa a compulsão à repetição de sensações desprazerosas que aparecem em determinados fenômenos da vida mental, entre os quais, na transferência, na neurose traumática e nas brincadeiras infantis.

Com efeito, em 1920, ele lança mão de um novo dualismo pulsional, a saber:

- (A) eros e autoconservação;
- (B) pulsão sexual e pulsão do ego;
- (C) libido do eu e libido do objeto;
- (D) princípio do prazer e do desprazer;
- (E) pulsão de vida e pulsão de morte.

39

Mario é psicólogo do Ministério Público (MP) e, nas horas vagas, presta serviço a uma organização onde atende clinicamente crianças vítimas de violência. Depois que faz as avaliações no MP, costuma encaminhar os casos de violência para tal organização onde ele poderá atendê-los e, assim, a seu ver, promover a saúde mental das crianças e de seus familiares.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, Mario:

- (A) não comete infração ética se o atendimento que realiza na organização for voluntário e não remunerado;
- (B) não comete infração ética se atua como profissional de saúde na organização para onde encaminha os casos;
- (C) não comete infração ética nos casos em que ele já realizou a avaliação e concluiu seu trabalho no MP;
- (D) comete infração ética se visa benefício próprio ao desviar para a organização as pessoas que avalia no MP;
- (E) comete infração ética ao desviar para atendimento clínico pessoas que o procuram por assistência jurídica.

40

Aline, 8 anos, costumava frequentar a casa de seu vizinho, a quem dava o tratamento de avô. O homem de 59 anos dava dinheiro e presentes à menina e a fotografava em poses sensuais com pouca ou nenhuma roupa. Quando a mãe de Aline descobriu o que acontecia, procurou a Delegacia de Polícia para lavrar um Boletim de Ocorrência.

Considerando a situação descrita e a garantia de direitos de Aline:

- (A) a primeira medida a ser adotada pelo Delegado para a proteção à criança que será testemunha de acusação constituirá em seu acolhimento institucional;
- (B) a oitiva de Aline perante a autoridade judicial será realizada em local apropriado e acolhedor através do procedimento do depoimento especial;
- (C) a criança Aline precisará ser ouvida em diferentes instâncias protetivas para elucidação dos fatos antes da instauração de inquérito criminal;
- (D) não está caracterizada aqui a violência sexual porque a criança ia à casa do idoso voluntariamente e não houve contato sexual propriamente dito;
- (E) a menina será ouvida pelo Juiz no curso da audiência com o uso das técnicas da entrevista investigativa e da psicologia do testemunho.

41

A mãe de Leo, 8 anos, foi chamada na escola. O menino recusa-se a fazer as tarefas, anda pela sala de aula atrapalhando os colegas, afronta os professores e insultou a diretora ao ser punido com a perda do recreio. Quando é surpreendido em alguma falta, Leo reage com raiva e culpa as outras crianças. A mãe de Leo relatou que em casa ele resiste a limites e enfrenta sua autoridade.

De acordo com o CID – 10 e com o DSM-V, pode-se reconhecer no quadro apresentado por Leo características do:

- (A) distúrbio desafiador e de oposição;
- (B) transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade;
- (C) transtorno de Personalidade Antissocial;
- (D) distúrbio de Estresse Agudo;
- (E) transtorno de Personalidade Borderline.

42

Adriana, 38 anos, tem surdez congênita causada pela rubéola que sua mãe teve durante a gravidez. Adriana procurou a Vara da Infância e da Juventude de sua comarca para se habilitar à adoção de uma criança.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

- (A) a deficiência auditiva afeta a plena capacidade de Adriana para adotar e viola o melhor interesse da criança, constituindo-se motivo para o indeferimento do pedido;
- (B) como ação afirmativa, Adriana será dispensada do processo de habilitação para adoção e terá prioridade na indicação de criança pela equipe técnica;
- (C) Adriana será avaliada pela equipe interprofissional da Vara para ter aferida sua capacidade e preparo para o exercício da maternidade responsável;
- (D) em casos como o de Adriana, o pedido de habilitação para adoção deverá conter o consentimento por escrito do curador legal do deficiente auditivo;
- (E) Adriana poderá adotar uma criança desde que o adotando também tenha uma deficiência auditiva, podendo ser total ou parcial.

43

Os estudos de Jean Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo lançam luz sobre o modo pelo qual as crianças percebem o mundo ao seu redor nas diferentes idades e estágios.

Considerando o estágio pré-operatório, segundo a teoria de Piaget, analise as características a seguir.

- I. Animismo: atribuição de sentimentos humanos aos objetos;
- II. Conservação: compreensão de que a quantidade permanece a mesma quando a aparência muda;
- III. Egocentrismo: incapacidade de se colocar na posição de outra pessoa.

É (são) característica(s) do estágio pré-operatório:

- (A) I, II e III;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) somente II.

44

Bruna foi adotada com duas semanas de vida após ter sido abandonada em via pública com a placenta e o cordão umbilical. Jorge e Solange, seus pais, têm dúvidas com relação à revelação da adoção e foram buscar orientação com um psicólogo.

Sobre a revelação da adoção, é correto afirmar que:

- (A) é desnecessária a revelação da adoção, já que Bruna não teve contato com a genitora e construirá seus vínculos afetivos mais primitivos com os pais adotivos;
- (B) a revelação da adoção deve acontecer na fase da adolescência, quando Bruna reunirá recursos emocionais e cognitivos para lidar com o trauma do abandono precoce;
- (C) só após atingir a maioridade Bruna poderá saber que foi adotada por Jorge e Solange e obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada;
- (D) pesquisas demonstram a necessidade de que conversas dos pais adotivos sobre a origem do filho ocorram desde a mais tenra idade e em contexto positivo e natural;
- (E) as hipóteses de criança exposta, em que a genitora é desconhecida, dispensam a necessidade de processo de adoção, sendo a criança registrada diretamente em nome dos adotantes.

45

O direito à convivência familiar é um dos direitos fundamentais elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê as hipóteses em que se faz necessário o afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem.

Sobre a medida de acolhimento, é correto afirmar que:

- (A) a família que oferece o acolhimento familiar terá preferência em uma futura colocação familiar substituta da criança acolhida;
- (B) o acolhimento institucional terá preferência sobre o acolhimento familiar pelo seu caráter provisório e excepcional;
- (C) o acolhimento familiar é a medida socioeducativa mais adequada para a proteção temporária da criança ou do adolescente;
- (D) a criança ou adolescente em acolhimento institucional terá sua situação reavaliada a cada 2 (dois) anos, no máximo;
- (E) o acolhimento familiar favorece a continuidade e a estabilidade dos cuidados até a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

46

O Sr. José, 88 anos, tem uma doença crônica decorrente de sua idade avançada. O idoso optou por receber cuidados paliativos para o controle da doença e permanecer em sua casa, onde se dedica à leitura de jornais e livros e ao cultivo de orquídeas.

De acordo com o disposto no Estatuto do Idoso:

- (A) ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável;
- (B) é competência exclusiva do médico do idoso proceder à escolha do tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável para prolongar a vida de seu paciente;
- (C) a família do Sr. José precisará requerer sua tutela a fim de assumir o controle da situação e tomar as providências cabíveis na garantia do direito à vida e à saúde;
- (D) o idoso é objeto de proteção integral e atendimento prioritário em todas as esferas em consideração à sua condição de incapacidade para os atos civis e inimputabilidade;
- (E) a demência senil implica a perda ou redução progressiva das capacidades cognitivas, suficientemente importante a ponto de provocar uma perda de autonomia do indivíduo.

47

Muitos foram os autores em psicologia e psicanálise que se dedicaram a estudar os cuidados maternos e suas repercussões para o desenvolvimento emocional, tendo o psicanalista D. W. Winnicott se notabilizado por sua vasta contribuição nessa área.

São conceitos desenvolvidos por esse autor:

- (A) a mãe suficientemente boa e a teoria do apego;
- (B) o estágio do espelho e a síndrome de hospitalismo;
- (C) a posição esquizoparanoide e o objeto transicional;
- (D) falso e verdadeiro self e o holding;
- (E) o fenômeno transicional e a inveja primária.

48

Francisco passava suas noites jogando pôquer. Por causa de faltas, ele perdeu seu emprego em um escritório de contabilidade e sua esposa ameaçou pedir o divórcio caso ele continuasse jogando. Francisco está saindo para jogar durante o dia e diz para a esposa que está trabalhando informalmente. Ele acredita que irá conseguir recuperar o que perdeu e pagar as dívidas que contraiu com empréstimos e inadimplência.

Sobre a situação descrita acima, analise as afirmativas a seguir.

I. Francisco lança mão do mecanismo de defesa de conversão, obtendo através do jogo o prazer que não encontra em seu casamento.

II. Grupos de autoajuda, como Jogadores Anônimos, são uma estratégia terapêutica reconhecida para o manejo comportamental do problema.

III. No *Jogo Patológico* frequentemente há comorbidade com transtornos do humor, de ansiedade e dependência de álcool e outras drogas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

49

Jefferson, 19 anos, é esquizofrênico e durante um surto psicótico agrediu violentamente sua mãe, que tentava ministrar seus remédios.

Considerando a legislação que trata da proteção à pessoa portadora de transtorno mental, é correto afirmar que:

- (A) a internação compulsória de Jefferson será determinada pelo médico de forma a garantir o tratamento medicamentoso;
- (B) a internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual;
- (C) Jefferson não poderá ser internado, considerando que a lei veda o tratamento em regime de internação na menoridade penal;
- (D) Jefferson é inimputável, logo o Juiz deverá determinar o cumprimento de medida de segurança em uma residência terapêutica;
- (E) a medicação involuntária só será indicada quando outros recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

50

Desde que foi criada, em 2006, a Lei Maria da Penha tem sido reconhecida pela maioria dos brasileiros como importante instrumento de punição aos homens que agem com violência contra as companheiras.

A lei também prevê programas que visam à reabilitação e reeducação do agressor, tendo como objetivos, EXCETO:

- (A) estimular o rompimento do ciclo de violência;
- (B) prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
- (C) fomentar a responsabilização da mulher pela violência;
- (D) contribuir para a equidade de gênero;
- (E) refletir sobre a ideologia patriarcal e as relações de poder.

51

A psicóloga Cristina passou a integrar como perita a equipe multiprofissional de certa Vara da Infância. Após alguns meses de trabalho, o magistrado comunicou à psicóloga que estava subordinando toda a equipe à chefia de uma analista formada em Direito, a quem todos deveriam se submeter técnica e profissionalmente.

À luz da Resolução nº 017/2012 do CFP, a conduta do juiz está:

- (A) correta, pois o magistrado é o chefe hierárquico mais alto, e pode deliberar acerca de chefias intermediárias;
- (B) errada, pois só o juiz pode assumir a função de chefe a quem a psicóloga deve se subordinar técnica e profissionalmente;
- (C) errada, pois a psicóloga não deve se subordinar técnica e profissionalmente a outras áreas;
- (D) errada, pois a psicóloga deve se subordinar tecnicamente ao juiz, e profissionalmente a um chefe intermediário;
- (E) correta, pois a possibilidade de chefes intermediários é prevista no Código de Organização Judiciária.

52

Pedro é psicólogo perito, concursado por determinado Tribunal de Justiça brasileiro, com atuação em Vara de Família. Em tumultuado processo de guarda de duas crianças, uma das partes apresenta a psicóloga Cláudia como assistente técnica no processo, exigindo que todas as intervenções psicológicas com as crianças, daquela data em diante, sejam realizadas sempre em conjunto com os dois psicólogos.

Com base na Resolução nº 008/2010 do CFP, Pedro deve:

- (A) aceitar que os procedimentos sejam efetuados conjuntamente, pois os dois profissionais são regidos pelo mesmo Código de Ética Profissional;
- (B) aceitar que as intervenções sejam conjuntas, pois os profissionais podem atuar de forma complementar, o que será positivo na escuta das crianças;
- (C) recusar os procedimentos conjuntos, pois os psicólogos não necessariamente concordarão técnica e teoricamente sobre a forma de condução das intervenções;
- (D) aceitar que as intervenções aconteçam juntas, pois poderão construir conjuntamente um relatório que tenha efeito positivo na retomada do diálogo entre os pais das crianças;
- (E) recusar as intervenções conjuntas, pois o assistente técnico não deve estar presente durante os atendimentos do perito e vice-versa.

53

Dentre os listados abaixo, o documento escrito produzido pelo psicólogo que NÃO consta na Resolução nº 007/2003 do CFP é:

- (A) declaração;
- (B) pesquisa psicológica;
- (C) atestado psicológico;
- (D) laudo psicológico;
- (E) parecer psicológico.

54

Para Piaget, o estágio sensório-motor se caracteriza por ocorrer:

- (A) do nascimento aos 2 anos, havendo progressão de simples ações reflexas para o processamento simbólico;
- (B) a partir dos 2 anos, havendo aprendizado através da habituação, do condicionamento operante e da imitação;
- (C) entre 2 e 6 anos, com uso de palavras e números para representação do mundo em uma perspectiva subjetiva;
- (D) entre 7 e 11 anos, com entendimento e aplicação das operações lógicas às experiências do aqui e agora;
- (E) a partir da adolescência, com uso do pensamento abstrato, especulação hipotética e raciocínio dedutivo.

55

Na teoria de Lev Vygotsky, a diferença entre o desempenho de uma criança sozinha e o desempenho do mesmo infante sob orientação de um adulto é explicada pelo conceito de:

- (A) andaime;
- (B) discurso orientado;
- (C) aprendizado dirigido;
- (D) zona de desenvolvimento proximal;
- (E) processamento interativo.

56

“O Estatuto da Criança e do Adolescente (...) abandonou o foco da assistência/assistencialismo à população de 0 a 18 anos, e redirecionou suas ações à proteção integral da criança e do jovem. (...) O ECA afirma, em seu bojo, o direito de crianças e jovens permanecerem em suas famílias, reconhece a pobreza como problema estrutural e não como condição que pressupõe o ‘rompimento’ dos vínculos parentais” (COIMBRA, C.; AYRES, L. e NASCIMENTO, M.L. pivetes, encontros entre a Psicologia e o Judiciário. Curitiba: Juruá, 2010)

Com relação às medidas de proteção previstas no ECA, é correto afirmar que:

- (A) são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na lei foram ameaçados ou violados;
- (B) as medidas protetivas podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, mas não substituídas;
- (C) a advertência é uma medida protetiva que pode ser aplicada pela autoridade judicial;
- (D) excepcionalmente, o encaminhamento de crianças para instituição de acolhimento não precisará de guia de acolhimento;
- (E) compete ao Conselho Tutelar afastar criança vítima de abuso sexual do convívio familiar.

57

A menina Ana, de 10 anos, foi flagrada furtando dinheiro de sua professora.

Segundo as disposições contidas no ECA, NÃO poderia ser aplicada a ela a seguinte medida:

- (A) encaminhamento aos pais ou responsável;
- (B) orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- (C) requisição de tratamento psicológico;
- (D) advertência;
- (E) inclusão em programa de auxílio à família e à criança.

58

Mariana, de 14 anos, que mora em Recife, pretende viajar para a cidade de Salvador com a tia de uma amiga. A atendente da Rodoviária informou que é necessária autorização judicial para seu embarque.

De acordo com os preceitos contidos na Lei nº 8.069/90 (ECA), a atendente está:

- (A) errada, pois antes da autorização judicial, dever-se-ia informar que a expressa autorização do pai, mãe ou responsável bastaria;
- (B) correta, pois não se tratava de comarca contígua à sua residência, nem na mesma unidade da Federação ou região metropolitana;
- (C) errada, pois Mariana é adolescente, não sendo mais necessária autorização para viagem nacional;
- (D) correta, pois a tia de uma amiga não é ascendente ou colateral maior, cujo parentesco possa ser comprovado documentalmente;
- (E) errada, pois Mariana iria se encontrar com os pais em Salvador, que a aguardavam no desembarque.

59

Foi inaugurada unidade de acolhimento institucional protetiva para crianças em Ilhéus e 90 dias após o início das atividades a promotora responsável estipulou que sua equipe psicossocial passe a realizar inspeções na instituição de acolhimento com vistas a fiscalizar a qualidade do serviço.

Com base na Resolução nº 71/2011 do CNMP, a promotora agiu de forma:

- (A) adequada, pois a inspeção do serviço de acolhimento deve ser feita pela equipe psicossocial que assessora o MP;
- (B) inadequada, pois a inspeção da unidade não pode ocorrer sem um engenheiro que assessore tecnicamente o MP;
- (C) inadequada, pois a inspeção da unidade não pode ocorrer sem um arquiteto que assessore tecnicamente o MP;
- (D) adequada, pois independentemente de quem realize as inspeções, é obrigatório que aconteçam em prazo determinado;
- (E) inadequada, pois a inspeção do serviço de acolhimento deve ser realizada pessoalmente pela promotora responsável.

60

Tendo em vista os dispositivos do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos deverão ser comunicados aos órgãos abaixo elencados, com exceção de:

- (A) autoridade judicial;
- (B) autoridade policial;
- (C) Conselho Municipal do Idoso;
- (D) Conselho Nacional do Idoso;
- (E) Ministério Público.

61

Segundo o ECA (Lei nº 8.069/90), são competências da equipe técnica que assessora a Justiça da Infância e Juventude:

- (A) fornecer subsídios por escrito ou verbalmente, além de desenvolver intervenções de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, com a manifestação técnica subordinada e condicionada às demandas da autoridade judicial;
- (B) fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, bem como desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, sob a imediata subordinação à autoridade judicial, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico;
- (C) fornecer subsídios por escrito, sendo vedada a manifestação verbal em audiência, bem como orientar, encaminhar, aconselhar sob subordinação técnica e hierárquica à autoridade judicial;
- (D) fornecer subsídios verbais em audiência, bem como desenvolver práticas de orientação, encaminhamento, prevenção, sendo vedado qualquer tipo de aconselhamento, sob subordinação técnica à autoridade judicial;
- (E) fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, bem como desenvolver intervenções de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção, sob a subordinação à pessoa de confiança indicada pelo Juízo, a quem a equipe se submeterá tecnicamente, assegurada a livre manifestação profissional.

62

Foucault se debruçou longamente na análise do saber-poder presente na prisão.

De acordo com as reflexões de Foucault, é correto afirmar que a prisão:

- (A) expressa o modelo institucional da sociedade de exame e, seu funcionamento, o da sociedade disciplinar;
- (B) expressa o saber da sociedade capitalista, o poder da sociedade asilar;
- (C) expressa o saber da sociedade manicomial e o poder do capital;
- (D) expressa o saber da racionalidade do capital e o funcionamento da biopolítica;
- (E) funciona como paradigma da biopolítica e do poder de gestão das populações.

63

São consideradas necessidades na pirâmide de Maslow:

- (A) motivação, fisiologia, crenças, amor/relacionamento, realização social;
- (B) fisiologia, segurança, amor/relacionamento, estima, realização pessoal;
- (C) motivação, segurança, crenças, estima, realização social;
- (D) fisiologia, motivação, desafios, realização pessoal, educação;
- (E) fisiologia, motivação, educação, amor/relacionamento, realização social.

64

A tendência inata de cada pessoa para atualizar suas capacidades e potenciais corresponde ao conceito de Carl Rogers de:

- (A) potencial criativo;
- (B) suporte emocional;
- (C) tendência atualizante;
- (D) harmonia autocentrada;
- (E) autoconceito psicológico.

65

Jessica, 14 anos, foi surpreendida colando numa prova e retirada de sala. Com raiva, ela ameaçou a professora Lourdes e danificou o Datashow da escola.

De acordo com os princípios da Lei que institui o Sinase:

- (A) Jessica, seus pais, a professora e os membros da comunidade escolar podem participar de práticas restaurativas na busca de uma solução pactuada para a reparação dos danos decorrentes do delito;
- (B) na qualidade de vítima, a professora Lourdes poderá indicar a medida retributiva mais adequada, excetuando-se as medidas privativas de liberdade, de competência exclusiva do Juiz;
- (C) Jessica e a professora Lourdes deverão participar de atividades para autocomposição do conflito como condição para a progressão da medida socioeducativa aplicada a Jessica;
- (D) o juiz deverá aplicar à adolescente Jessica uma medida punitiva mais rigorosa como instrumento educativo para prevenir a ocorrência de novas práticas infracionais;
- (E) a ocorrência de danos de ordem material impõe aplicação de multa aos pais ou responsáveis e exclui a alternativa do uso de métodos restaurativos.

66

A história de um menino com paralisia cerebral que foi deixado na escola enquanto sua turma foi ao cinema provocou reações de indignação e solidariedade ao ser divulgada pela mãe da criança nas redes sociais.

As leis que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência preveem no tocante ao direito à educação:

- (A) o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- (B) a oferta de turmas exclusivas e especializadas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência;
- (C) um projeto pedagógico que garanta o seu pleno acesso ao currículo diferenciado, promovendo a conquista e o exercício da autonomia;
- (D) a oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena dos profissionais de apoio escolar;
- (E) a oferta de serviços de reabilitação para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.

67

Em consonância com a Lei nº 12.594/2012, o Sinase é definido como:

- (A) o conjunto ordenado de princípios e regras que se articulam à execução de medidas protetivas, incluindo-se os sistemas municipais e estaduais, assim como todas as políticas e programas específicos de atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- (B) o conjunto hierarquizado de princípios, regras e critérios que estão articulados à execução de medidas protetivas em níveis municipais, estaduais e distrital, além dos planos e programas específicos de atendimento às crianças que cometam atos infracionais;
- (C) o ordenamento hierarquizado de instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, nos níveis estaduais, distrital e federal, bem como pelo planejamento de programas de atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- (D) o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei;
- (E) o conjunto ordenado de instituições que atuem articuladamente na execução de medidas protetivas e socioeducativas, nos níveis distrital, estadual e federal, assim como no planejamento de políticas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

68

Considerando a execução das medidas socioeducativas, analise os princípios a seguir.

- I. legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
- II. excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
- III. prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas.

Os princípios elencados que regem a execução das medidas socioeducativas são:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

69

Giovana, 2 anos, foi adotada judicialmente pelo casal José e Maria. Poucos dias após o trânsito em julgado da sentença de adoção, os pais adotivos faleceram em um acidente. Diante do acontecimento, os pais biológicos da criança alegam que houve restabelecimento do poder familiar em face da menina.

De acordo com as disposições elencadas na Lei nº 8.069/90 (ECA), a alegação dos pais biológicos está:

- (A) correta, desde que não existam parentes adotivos que queiram permanecer com a criança;
- (B) errada, pois a morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais;
- (C) correta, desde que a destituição de poder familiar não tenha ocorrido por imputação de maus-tratos à infante;
- (D) errada, mas se pode considerar automaticamente restabelecido o vínculo jurídico entre a criança e os avós biológicos;
- (E) correta, desde que seja considerado que a criança usufruirá de cuidados adequados com os pais biológicos.

70

Analise as afirmativas a seguir, segundo as enunciações da Lei nº 8.069/90 (ECA), com relação à adoção:

- I. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
- II. Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- III. O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Redação



Mais uma vez discute-se a aposentadoria no Brasil; a Previdência Social, segundo a maioria, é o maior de nossos problemas, que cresce a cada dia. O Governo está tentando aprovar uma proposta que muda alguns pontos da lei atual, mas parece haver uma enorme reação.

Nesse caso, o que fazer?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, em língua padrão, em que você deve apresentar uma possível solução para o impasse.

Não esqueça de apresentar argumentos pertinentes.

Realização

